

DO “TRIUNFO DA VONTADE” AO “FIM DA HISTÓRIA”: BREVES CONSIDERAÇÕES SOBRE O CONCEITO RAZÃO FORMALIZADA EM MAX HORKHEIMER E THEODOR ADORNO

FROM “TRIUMPH OF WILL” TO “END OF HISTORY”: BRIEF CONSIDERATIONS ABOUT CONCEPT REASON
FORMALIZED IN MARX HORKHEIMER AND THEODOR ADORNO

DEL “TRIUNFO DE LA VOLUNTAD” AL “FIN DE LA HISTORIA”: BREVES CONSIDERACIONES SOBRE EL
CONCEPTO RAZÓN FORMALIZADO EN MAX HORKHEIMER Y TEODOR ADORNO

Wellington Ferreira de Jesus¹

¹Secretaria de Estado de Educação, DF, Brasil,

RESUMO: O presente artigo discute os conceitos de razão formalizada e desrazão a partir do pensamento de Max Horkheimer e Theodor Adorno. Tem por ponto de partida o filme “O triunfo da vontade” da cineasta Leni Riefenstahl do ano de 1936. O filme constitui-se em uma obra de apologia ao nazismo. Conforme Adorno e Horkheimer a razão formalizada, enquanto processo integrante do desenvolvimento capitalista, caminharia em direção ao fascismo e ao nazismo colocando em xeque a própria existência da humanidade. Tal realidade se verificou nas perseguições, no extermínio dos judeus e na própria segunda guerra mundial. Ao mesmo tempo, ao final do século XX apresentava a ideia de fim da história como a vitória do capitalismo sobre todas as outras perspectivas de mudanças históricas. A aurora do século XXI torna emergente esse debate sobre a razão formalizada e a desrazão, na medida em que se verifica o retorno do fascismo, da xenofobia, da intolerância, e o negacionismo entre outros aspectos como vertentes do discurso do fim da história.

PALAVRAS-CHAVE: razão formalizada; desrazão; fim da história.

ABSTRACT: This article discusses the concepts of formalized reason and unreason based on the thought of Max Horkheimer and Theodor Adorno. Its starting point is the film “The Triumph of the Will” by the filmmaker Leni Riefenstahl from 1936. The film is a work of apology for Nazism. According to Adorno and Horkheimer, formalized reason, as an integral process of capitalist development, would move towards fascism and Nazism, putting the very existence of humanity in jeopardy. This reality was verified in the persecutions, the extermination of the Jews, and in World War II itself. At the same time, the end of the 20th century presented the idea of the end of history as the victory of capitalism over all other perspectives of historical change. The dawn of the 21st century brings out this debate about formalized reason and unreason, as we see the return of fascism, xenophobia, intolerance, and negationism among other aspects as strands of the end of history discourse

KEYWORDS: formalized reason; unreason; end of history.

INTRODUÇÃO

O encanto, a subjetividade e a profanação – os velhos adversários alienação coisificante – sucumbem precisamente a ela. (Theodor W. Adorno)

Uma das lições que a era hitlerista nos ensinou é de que como é estúpido ser inteligente. (Max Horkheimer)

Em 1936, era concluído e exibido um dos principais ícones da apologia do controle ideológico e da propaganda nazista: o filme “O Triunfo da Vontade”. Concebido como obra-prima e utilizando uma tecnologia elaborada de autoria da cineasta Leni Riefenstahl, pode ser considerado como uma das referências do processo de formalização da razão, descrito por Marx Horkheimer e Theodor Adorno. Percebe-se um instrumento que, integrante do processo de desenvolvimento capitalista, ameaça a própria ideia de humanidade.

No quadro-a-quadro, cena-a-cena, prenuncia-se a “desrazão” que levará, de um lado, ao extermínio pensado e programado, “racionalmente concebido” e, de outro lado, à submissão, ao

controle das massas, à histeria coletiva, à aceitação da heteronomia, em função de uma "nova promessa".

Nas cenas de abertura, um bimotor sobrevoa uma cidade e, à medida em que ele plana, as nuvens se abrem e a cena seguinte, da aparição de Adolf Hitler, assemelha-se a de um "messias" advindo dos céus.

Sob a perspectiva histórica, o filme caracteriza-se e afirma-se como um dos marcos de um processo que vem se desenvolvendo desde os finais do século XV, ou seja, a consolidação do modo de produção capitalista e o apogeu da sociedade burguesa.

O nazismo, expressão máxima da lógica fascista, não se tratou de um acidente histórico. A lógica, por trás do desdobramento do fascismo é a de uma organização interna, um modo "racional de operar". Entre suas práticas, encontra-se a tentativa de matar a história, transformando-a num mero recordar de um passado místico e glorioso.

No final do século XX este mesmo discurso foi a tônica do pensamento neoliberal, ou, eufemisticamente denominado de ultra-liberal: o "fim da história". Concebida também como obra prima, o texto intitulado **O Fim da história e o último homem**, de 1992, de autoria de Francys Fukuyama, foi celebrado pelos setores conservadores, de forma semelhante ao filme de Riefenstahl.

Conforme o tom profético-apologético de Fukuyama, o capitalismo, enfim, triunfara. O "comunismo", considerado a antítese do liberalismo e, ao mesmo tempo, garrote-vil da liberdade, era, por fim, posto em terra. O individualismo, a crença no progresso, o extermínio das possibilidades de ruptura eram algumas das conquistas comemoradas em diversos cantos do mundo. À semelhança da produção de Leni Riefenstahl, exibia-se um Adolf Hitler vigoroso, envolvente e determinado; apresentava-se, por diversos ângulos, a "derrubada do muro de Berlim" como o marco do fim da história. Tragédia e farsa, como afirmou Karl Marx (1987), desenvolviam-se e repetiam-se. Mas, ao liquidar o trágico, consolida-se a eliminação do indivíduo (ADORNO; HORKHEIMER, 2006).

Lucien Goldman (1979) chamara atenção para o fato de que, em tese, elementos como a moral, a religião, a arte e a literatura não se constituem em realidades autônomas e independentes da realidade econômica. Entretanto, no capitalismo, eles "tendem a sê-lo, na medida em que sua autenticidade se encontra *esvaziada por dentro* [grifo do autor], graças ao aparecimento de um conjunto econômico autônomo" (GOLDMAN, 1979, p. 111-112) que resulta no controle absoluto de todas as manifestações da vida humana. Isto nos leva a observar o fato de que, entre "O triunfo da vontade" e a solene proclamação de Francys F. Fukuyama (1992) há um fio condutor: o processo de instrumentalização da razão.

Se, por um lado, a "vontade" não triunfou e, por outro lado a história se faz presente e viva, como se observou entre outros aspectos nos tensionamentos Oriente-Occidente; nos acontecimentos relacionados ao "11 de setembro"; na própria incapacidade do capitalismo de "resolver contradições a que se propõe"; entre tantos outros aspectos, cabe reconhecer que, como afirmou Walter Benjamin, o "inimigo não está morto". Para além disto, ele se põe como "nova promessa", para conquistar no capitalismo aquilo que o capitalismo ainda não conseguiu e o

"comunismo foi incapaz": a "equidade", já que a "igualdade" é a quimera monstruosa, cuja busca resultou na opressão do homem pelo homem. Aliás, nesta perspectiva, propõe-se hoje a equidade, como um fenômeno superior aos limites do paraíso cristão já que este, seria limitado aos "justos" e aquela poderia promover a "inclusão de todos".

A formalização da razão possibilita a construção de imagens de um paraíso terrestre, tendo por referência o consumo, o fetiche da mercadoria. Permite que "ricos e pobres" tenham acesso aos mesmos "produtos". Tornando-os iguais naquilo que um "anjo anunciador" denominou de "fim da história".

Se, no século XVIII, o século do Iluminismo, mas ainda não de esclarecimento conforme Imanuel Kant (1983), questionava-se sobre as possibilidades de o ser humano libertar-se de toda a opressão, a partir da razão, no mundo contemporâneo impõe-se uma nova questão: a compreensão dos desenvolvimentos e possibilidades de superação da razão formalizada.

Conforme Horkheimer (2000, p. 32),

Quais são as conseqüências da formalização da razão? Justiça, igualdade, felicidade, tolerância, todos os conceitos que, como já se disse, foram nos séculos precedentes julgados inerentes ou sancionados pela razão, perderam as suas raízes intelectuais. Ainda permanecem como objetivos e fins, mas não há mais uma força racional autorizada para avaliá-los e ligá-los a uma realidade objetiva.

Refletir sobre tais contradições é um desafio que se (im)põe hoje. Embora, o que se entende como progresso, no desenvolvimento do modo de produção capitalista, levou a sociedade a criar mecanismos causadores da sua própria destruição, isto não impede de repensá-lo como e, sob certo aspecto, reconstruí-lo como, de fato, "poderia e deveria" ser. Conforme afirmaram Theodor Adorno e Marx Horkheimer (1973, p. 99) "o mal não deriva da racionalização do nosso mundo mas **[sic]** da irracionalidade com que essa razão atua". Neste sentido, cabe refletir sobre o conceito de formalização da razão. Reconhecendo a complexidade do tema e sem a pretensão de esgotá-lo, a proposta aqui é a de, discutir as origens, o conceito e alguns dos desdobramentos do processo de formalização da razão, como uma realidade constituída a partir da consolidação do capitalismo, tendo por referência o pensamento de Horkheimer e Adorno.

As origens da nova promessa nos desdobramentos da velha promessa

Uma formação social nunca perece antes que estejam desenvolvidas todas as forças produtivas para as quais ela é suficientemente forte e vigorosa, e novas relações de produção mais adiantadas jamais se firmarão antes que suas condições materiais de existência tenham sido geradas no seio mesmo da velha sociedade (Marx – Prefácio à Crítica a Economia Política).

A historiografia medieval considera o século X como o período do auge do sistema feudal. Caracterizado como uma etapa de "crise de crescimento" (ANDERSON, 2005; DOBB; SWEZZY, 1977, LE GOFF, 2007), o modo de produção feudal, neste momento, tem desenvolvidas as contradições internas que levariam ao seu esgotamento. Episódios como o renascimento agrícola e comercial trouxeram, como conseqüências ao renascimento urbano, a formação de associações de artesãos e mercadores, a possibilidade de liberação da mão-de-obra servil.

Essas transformações resultaram, no campo da arte e do pensamento, no estilo gótico e no humanismo, respectivamente. As necessidades de conhecimento mais próximo da dimensão "mundana" deram origens às Universidades medievais. A Europa feudal, até contida nos limites da "cristandade ocidental", expandia-se em direção ao Oriente.

Entretanto, da mesma forma que a produção era ampliada, as contradições inerentes a este processo histórico também se avolumavam. A passagem de uma produção econômica baseada na produção de subsistência para a geração de excedentes se fez sobre a super-exploração do trabalho servil. A Igreja resistia às transformações, acusando comerciantes e usurários de "criações do demônio"¹. Os senhores feudais exigiam impostos das novas cidades e a expansão ao Oriente. Sob a forma da violência da Guerra Santa, as Cruzadas também objetivavam o alívio de pressões demográficas, entre outros aspectos.

É importante considerar que, paradoxalmente, de forma enfática, no Ocidente medieval surgia a idéia de uma nova "promessa". O ano 1000, conforme a visão então predominante, traria uma "aurora de paz e felicidade" (DELUMEAU, 1997; LE GOFF, 2007), com o possível retorno de um "messias".

O milenarismo medieval, à semelhança dos mitos de retorno pagãos, esgotou-se nas palavras e na fantasia da população expropriada, camponesa, servil e do baixo clero. Aguçaram-se as diferenças que projetariam para a frente o desenvolvimento do comércio, o renascimento urbano e o controle da propriedade e da produção pela nascente burguesia. O desenvolvimento de tais contradições resultou, a partir do século XIV, numa "crise de retração", a crise do século XIV.

Em que pese boa parte da sociedade acreditar na chegada do "fim dos tempos", um outro setor vislumbrava as possibilidades de superação desta crise. Historiadores, como Jacques Le Goff (2007), afirmam que, após a crise do século XIV, o Ocidente europeu voltou como que "fortalecido", uma nova realidade se sobrepunha ao antigo modo de produção e, como afirmou Karl Marx (2007), embora o esgotamento da realidade feudal ainda levasse alguns séculos para acontecer, já se delineavam as "formas" da sociedade burguesa.

O fato é que um novo "projeto", em gestação, rompia com a tradição religiosa, com a predominância da sociedade de ordens, com a idéia ascendente do ascetismo, como forma de aproximação do ser humano com o sagrado. Aliás, a partir do século XV, o sagrado se humanizava. Neste sentido, ocorria a superação da comunidade, do coletivo, da unidade feudal de propriedade para o individual, o espaço para a competição e a ampliação dos limites do mundo, até então confinados às fronteiras da Igreja.

Por outro lado, apresentava-se a possibilidade da ruptura: o homem, enfim via-se livre de sua condição de servidão ao destino, a um criador, à dualidade de um paraíso ou um abissal inferno. Nascia um ser humano absolutamente proprietário de sua consciência e de sua liberdade. A chave para a libertação das algemas que escravizavam o ser humano era (algo) necessária para toda a humanidade. Como um Prometeu moderno, aliás, é sintomático o fato de que o

¹ É conhecida a frase do bispo Aldebertan, do século XII, citada por Jacques Le Goff: "Deus fez os nobres, os camponeses e religiosos. O Demônio fez os burgueses e usurários".

renascimento retomava a identidade com o mundo grego-latino, pois faltava "recuperar" o fogo, a luz retirada aos homens pela idéia da predominância de um Criador incriado, pela religiosidade que limitava o conhecimento a poucos iniciados, os próprios religiosos. Mas o "novo Prometeu" não assume uma forma humana, não dispõe de uma mulher que será usada como castigo e nem de uma figura algo pitoresca, algo cômica, de um irmão que faz, quase tudo, ao contrário.

O "novo Prometeu" é apresentado ao mundo por René Descartes: é o projeto racional. Paradoxalmente, o novo Prometeu apresenta-se como feminino, diferente do messias que o fim da denominada Alta Idade Média, trouxe. Contudo, algo aproxima as duas realidades contraditórias: uma nova promessa se desenvolve. Uma promessa que, novamente, traria a felicidade, algo recorrente a uma incessante busca do ser humano. Uma espécie de "resgate de uma Era de Ouro".

Em seu **Discurso do Método** (2006), Descartes principia as bases de um projeto racional que insere nas transformações históricas. Tal projeto não se põe sobre ou à parte. Ele se desenvolverá nas contradições da própria história. Razão e homem, conforme Descartes, não se separam. O projeto racional, então concebido, é, ao mesmo tempo, condição e possibilidade de autonomia humana.

Parecia, finalmente, que a humanidade caminhava para a concretização da promessa: livre do mito, "desacorrentado" da divindade, tendo em si a possibilidade de agir conscientemente, o ser humano, conforme a visão de Descartes, ainda dispunha da ferramenta: um método, algo eficiente, pois, baseado em ordenamentos lógicos, mensuráveis, um modelo matemático. Seria, de fato, o "fogo" possibilitado a todos os homens? Eis a contradição. Se, por um lado, a opressão e heteronomia nos faziam iguais; por outro, a condição para a obtenção da liberdade, possível a todos, era apropriada individualmente. Chegar à "razão que liberta", tal qual, a possibilidade de obtenção de sucesso material proposta desde os fins da Idade Média, era fruto de uma apropriação, de uma conquista de propriedade. Em outras palavras, de uma expropriação. Observe-se, no entanto, que, mesmo considerando a existência de uma ruptura entre o mundo medieval e o moderno, a perspectiva de restauração da promessa de felicidade se mantinha, confirmava-se e, especialmente, demonstrava estar a cada dia mais próxima da realidade humana.

O progresso que a razão traria era algo inquestionável. A libertação da "condição primária" da dependência do mito, da opressão da divindade, das "ilimitadas" possibilidades do conhecimento era algo concreto. A "promessa" poderia se cumprir. É em nome dela que, como acordes de uma sinfonia, desenvolve-se a perspectiva de um projeto maior, a partir do século XVIII.

A razão se estenderia a todos os campos do conhecimento, a todas as possibilidades da humanidade e, até mesmo, a si própria. Como tributário do pensamento cartesiano, o Iluminismo estabelece uma espécie de "re-arranjo" naquela visão. Entre outros aspectos, o método baseado na logicidade da matemática, além de sofrer questionamentos, perde o seu caráter de comprovador absoluto da razão. Além disto, a emancipação pensada por Descartes, tem seu escopo ampliado para a dimensão da plenitude dos direitos, da igualdade, de uma sociedade emancipada e das condições históricas em sua realidade humana.

Conforme Max Horkheimer (2000, p. 41),

No século XVIII a convicção de que o homem é dotado de certos direitos não era uma repetição de crenças sustentadas pela comunidade, nem mesmo uma repetição de crenças transmitidas às gerações posteriores pelos ancestrais. Era um reflexo da situação dos homens que proclamaram estes direitos; expressava uma crítica das condições que clamavam imperiosamente por uma mudança, e tal exigência foi compreendida por aqueles que a transformaram em pensamento filosófico e ações históricas.

Desta forma, esses pensadores, situados como protagonistas e, ao mesmo tempo, pioneiros do pensamento moderno, provocaram uma ruptura, na medida em criaram, eles próprios, a base teórica para a aceitação de seu pensamento. Não se tratava, pois, da adaptação de textos, palavras e pensamentos anteriores, ou mesmo uma tentativa de retirar das normas existentes que se supunha ser o “bem” (HORKHEIMER, 2000), mas estabelecer um nexos entre leis e o bem.

Pensava-se, pois, numa associação direta entre “progresso”, liberdade, desenvolvimento como a concretização da “nova promessa”. No entanto, o desenvolvimento das contradições históricas, que contribuíram decisivamente para o esgotamento do mundo feudal, para a superação do que, aparentemente, se apresentava como o milênio de felicidade, também se desenvolveram a partir da modernidade e consolidaram-se como realidade atual.

Em Descartes, a possibilidade do acesso à razão, embora livre, era limitada à dimensão do esforço individual. A partir do século XVIII, legitima-se a expropriação das possibilidades da razão como algo pleno, absoluto. A liberdade e a igualdade, transformadas em fetiche (ADORNO, HORKHEIMER, 2006), têm seu estatuto, como que definitivamente instituído, a partir da propriedade.

A formalização da razão: a desrazão

O pensamento burguês tem início como luta contra a autoridade da tradição e contrapõe-lhe a razão de cada indivíduo como legítima de direito e verdade. Ele termina por divinizar a mera autoridade como tal, que é tão vazia de conteúdo de razão desde que justiça, felicidade e liberdade deixaram de ser para a humanidade palavras de ordem históricas (Max Horkheimer).

A “dupla revolução” que, no século XVIII, consolidou o modo de produção (HOBBSAWN, 1991) capitalista, a sociedade burguesa e a industrialização estabeleceu os parâmetros de liberdade, conhecimento, progresso, direitos e, por extensão, condição humana. Contemporâneo deste processo de ruptura com a ordem feudal e instauração do modo de produção capitalista, Jean-Jaques Rousseau (1999) afirmou que o progresso e o desenvolvimento não trouxeram a “promessa”. A propriedade privada, condição essencial de existência da ordem capitalista burguesa, impelia os seres humanos à “desigualdade estrutural”. Conforme Goldman (1979), a produção capitalista, além de conter em si a *possibilidade* de uma economia universal, significou “um fator ativo de dissolução de todas as antigas economias naturais que ele tende a substituir” (1979, p. 117).

Como afirmou Horkheimer (2000, p. 98) “a transformação de todos os domínios do ser à condição de meios leva à liquidação do sujeito que presumivelmente deveria utilizá-los”. Uma nova “caixa de Pandora”? Talvez, não. Mas, o lugar, ou melhor, a ideia de concepção da caixa, o

aprisionamento dos males humanos, constitui-se o ardid do presente. Em outras palavras, a produção da mercadoria criando o fetiche, a necessidade, o encantamento pelo uso (MARX, 2007).

Uma vez que as exigências de planejamento, racionalização, ampliação da produção, controle sobre a propriedade acabem resultando diretamente na expropriação da maioria, pois são necessidades vitais de existência do modo de produção capitalista, sua consequência direta é "o triunfo da razão formalizada e subjetiva" (HORKHEIMER, 2000, p. 101).

Desta forma, as possibilidades do sujeito, como protagonista, ser autônomo e livre reduzem-se unicamente à busca pela auto-preservação. E, por extensão, tem-se a reprodução do sistema. Impõe-se um processo de "desrazão" que tenta aniquilar as possibilidades históricas do ser humano. A sujeição e a submissão desenvolvem-se como uma espécie de divindades que exigem como sacrifício a liberdade, a razão e a própria "condição humana". Como afirmaram Adorno e Horkheimer (1983, p. 98) "o mal não deriva da racionalização do nosso mundo, mas da irracionalidade com que essa racionalização atua".

No mundo contemporâneo tem-se a impressão de que não se discute ou questiona-se mais o que vem a ser a razão. A formalização da mesma, que se desenvolveu a partir da consolidação e expansão do capitalismo, é totalitária e uníssona. Tal qual o modo de produção, que reduz o ser humano a um reprodutor do capital, através da venda de sua força de trabalho, a desrazão intenta anular a força criativa humana. A força de trabalho humana foi transformada em *mercadoria*, que tem um valor apenas monetário, "e isso significa que também aí [se] transforma uma realidade humana em coisa" (GOLDMAN, 1979, p. 125).

Este processo constrói e impõe obstáculos, os mais diversos, às tentativas de confronto entre o racional e a desrazão; tenta eternizar o presente e constituir um homem sem passado. Aliás, intenta criar um passado mítico e sem contradições.

Conforme Adorno e Horkheimer (2006, p. 38),

Com a difusão da economia mercantil burguesa, o horizonte sombrio do mito é aclarado pelo sol da razão calculadora, sob cujos raios gelados amadurece a sementeira da nova barbárie. Forçado pela dominação, o trabalho humano tendeu sempre a se afastar do mito, voltando a cair sob seu influxo, levado pela mesma dominação.

Kant afirmou que, no século XVIII, os homens se libertam "pouco a pouco da brutalidade, quando de nenhum modo se procura intencionalmente nelas os conservar" (1983, p. 18). No entanto, as condições e contradições que se desenvolviam na ordem capitalista burguesa legitimavam a necessidade da desigualdade e, sob certo, aspecto da "brutalidade". Pois as condições reais e objetivas dos trabalhadores nas fábricas "forçam o conformismo e não as influências conscientes, as quais por acréscimo embruteceriam e afastariam da verdade os homens oprimidos" (ADORNO; HORKHEIMER, 2006, p. 42). Mais do que uma "consequência lógica", torna-se um imperativo da sociedade industrial capitalista a anulação das condições de autonomia dos trabalhadores. Num processo racionalmente construído, provoca-se a dor, atando-se os seres humanos a uma condição de submissão, de exaustão de suas condições físicas e "impõe-se", tanto as possibilidades, como condições de obtenção de prazer, situadas nas "lisérgicas" possibilidades

de fuga do mundo de opressão pelo consumismo, fetiche da mercadoria, entre outros aspectos. Em outras palavras, "o homem se transforma cada vez mais em autômato, sofrendo passivamente a ação de leis sociais que lhe são totalmente exteriores" (GOLDMAN, 1979, p. 128).

O projeto definido pela filosofia burguesa, a partir do século XVIII retomava a idéia da liberdade em seu sentido mais amplo: do mito, da opressão, da religião. O "esclarecimento" era a condição desta liberdade. Entretanto, a sobrevivência desta ordem burguesa capitalista, se fez desenvolver a partir da asfixia da liberdade. Este processo liberou uma força destrutiva e autodestruidora. O controle sobre a propriedade e a expropriação dos produtores, realizadas pela burguesia, que a partir de então, demonstrara o seu caráter reacionário, fez da razão "irrazão, o procedimento sem erro e sem conteúdo" (ADORNO; HORKHEIMER, 2006, p. 78).

Uma vez destituída de seu sentido lógico e histórico, formalizada e instrumentalizada a razão, ou melhor, a desrazão passou a integrar o conjunto de ferramentas de controle, manipulação e difusão das verdades do capitalismo.

A instrumentalização da razão, razão esta que, de possibilidade de liberdade humana desenvolveu-se no sentido da heteronomia, da dependência, da manutenção de um status, de uma "ideia de naturalização" da submissão humana fortaleceu-se, especialmente, a partir do século XIX. Seus desdobramentos resultaram no fascismo e em seu "aprimoramento", o nazismo (inimigo que permanece, e não um "acidente histórico", conforme Walter Benjamim), na racionalidade técnica, num processo que "coisifica seres humanos" e humaniza objetos.

O Triunfo da vontade e o fim da história: "tragédia e farsa"

É a história que a memória preserva (Herbert Marcuse)

No ano de 1914, Edward Grey, então secretário de relações exteriores da Grã-Bretanha, solenemente, declarou que "as luzes se apagam em toda Europa" (HOBSBAWN, p. 30, 1995). Como se fosse possível cindir uma parte, um órgão de um corpo e considerá-lo como infectado por um tumor, possível de extirpar, Grey, apenas reforçava uma visão predominante em que a civilização ocidental, momentaneamente eclipsada, retornaria à razão, uma vez passado, cirurgicamente extirpado, o tumor da guerra. O que de fato se ocultava sob a circunstancial desesperança do secretário britânico e, de tantos outros protagonistas do que Eric Hobsbawn (1995) definiu como a "era da Catástrofe", numa era de extremos, consolidava-se na própria composição da sociedade e da civilização ocidental.

A partir de algumas breves reflexões sobre as contradições que se desenvolveram a partir do século XVIII, momento em que o modo de produção capitalista se consolida e assume o seu caráter hegemônico, combinando fenômenos, aparentemente opostos, de expansão e concentração, pode-se perceber sua essência numa "ordem de caos". Um movimento difuso, desigual e, ao mesmo tempo, combinado.

Em primeiro lugar, ao analisar-se a construção da ordem capitalista, verifica-se que a mesma se dá sob a perspectiva de uma desigualdade estrutural, uma característica "filogenética". Em outras palavras, sua existência é condicionada à própria legitimação da desigualdade (MARX, 2007). As bases desta desigualdade se expressam sob a exploração do trabalho, a extração da mais-valia e, especialmente, na propriedade privada, tanto no controle quanto na expropriação desta. Em segundo lugar, o processo de relações é estruturado a partir de um código de leis, em que apenas seres humanos, juridicamente livres, podem estabelecer vínculos. Esta dimensão oculta o fato de que, na acumulação primitiva que permitiu o desenvolvimento do capitalismo, a mercadoria humana, o tráfico de escravos, foi o seu sustentáculo. Se, no desenvolvimento do capitalismo, a exigência de homens livres que pudessem vender sua única propriedade, ou seja, a força de trabalho é predominante, numa dimensão filogenética, a sujeição da condição humana é, para além de uma marca, uma condição dominante. É sob este prisma da superioridade, do controle sob o outro, da negação da alteridade que se efetiva a expansão capitalista pelo mundo.

Observe-se que os processos historicamente conhecidos como neocolonialismo e o imperialismo, definido por Lênin como a "etapa superior do capitalismo" (1982), tragicamente, marcariam a Ásia, a África e América. Cecil Rhodes, representante do império britânico na conquista sobre a África, no século XIX, sintetizou o desejo de todos os capitalistas do mundo ao afirmar que "anexaria os planetas" se assim pudesse. No lado contrário, um indiano submetido ao domínio europeu escreveu:

Aos vossos olhos, somos selvagens, animais obscuros incapazes de distinguir entre o Bem e o Mal. Não somente vos recusais a tratar-nos em pé de igualdade, como temeis até nossa aproximação, como se fôssemos objetos de asco. (...) nosso coração se enche de tristeza e de vergonha, quando, à noite, repassamos todas as humilhações que sofremos durante o dia. Presos a uma máquina que mina nossa energia, estamos reduzidos à impotência (PANIKKAR, K. M., 1965, p. 23).

No entanto, para o burguês europeu, a conquista representava um "fardo", o fardo do homem branco, da civilização. Cabe considerar que, ao "chegar em primeiro lugar" no primado da razão; ao possibilitar a libertação da humanidade do jugo do mito e da divindade, dever-se-ia estender, sob qualquer forma, esta libertação a todos os povos. É preciso ressaltar que as formas de submissão impostas aos não-europeus e, diga-se de passagem, não-brancos e nem civilizados, apenas repetiam uma característica do que se fazia, na Europa capitalista, aos "vendedores da própria força de trabalho" como único meio de sobrevivência.

Paulatinamente, a promessa de felicidade advinda do progresso e, sintomaticamente das "luzes", mostrava-se absolutamente onerosa e distanciada de todos. As luzes não se apagavam na Europa das primeiras décadas do século XX. Elas eram utilizadas para ofuscar, obnubilarem e conduzir no sentido do discurso de uma saída única.

A Primeira Guerra Mundial (1914-1918) muito mais que um prenúncio, era a amplificação deste poder de ofuscamento. Consolidava-se a ideia de que a morte, a mutilação, a destruição em massa, e a própria guerra funcionavam como um laboratório para o desenvolvimento econômico e do mercado. Interessante recordar que este discurso, da destruição como

possibilidade de desenvolvimento capitalista, é o norte de alguns economistas, estudiosos e historiadores que, de forma consciente ou não, integram o contexto da razão formalizada.

Neste sentido, na década de 1920 configurou-se o Taylorismo e o Fordismo, regalando-se nesta lógica, sintetizando o desprezo pela condição humana. Antonio Gramsci (2007) chamou a atenção para a perspectiva de todos se tornarem "gorilas amestrados", para o controle absoluto sobre a vida privada no americanismo, entre outros aspectos.

A formalização da razão constituía-se no desenvolvimento de um pensamento, de uma ação, de uma linguagem e de um conjunto de atitudes únicas. Em outras palavras, o fascismo se impunha como a luz de maior potência. O condutor, o Duce ou Führer aparecia como o novo Prometeu.

Neste sentido, a razão instrumentalizada se desenvolve a partir de uma tentativa de assassinar a história. Nega o caráter contraditório e universal, desenvolve um discurso e uma prática que enaltecem e mistificam valores conservadores, aponta para um "nacionalismo" como elemento de unidade e anseio "popular". Para além disto, constitui a dimensão de "eterno presente", propondo um resgate de uma "idade do ouro", do retorno da promessa, que só poderá ser obtido sob a tutela de um guia. Um retorno ao messianismo, tal qual se apresentou ao final da Idade Média. A utilização deturpada de valores culturais da humanidade e a negação das possibilidades de novos elementos conduzem à necessidade de uma linguagem unidimensional. Ao não admitir a possibilidade de crítica, a formalização da razão nega o processo histórico como expressão de uma contradição. Desta forma, intenta a asfixia da história, impondo-lhe o caráter de verdade e dimensão única (SCHLESENER, 2007).

No entanto, não é suficiente e, certamente, pouco possível, mesmo que em determinados momentos a "intensidade da luz" cegue corações e mentes, apenas fazer tábua rasa do passado. A atuação da razão formalizada deve, primeiramente, cooptar, depois cativar e, posteriormente, transformar seres humanos, definitivamente, em "gorilas amestrados".

Inicialmente, estas "tarefas" se apresentam a partir das necessidades materiais "primárias". Inerente ao grau de desenvolvimento, todo modo de produção é, em essência, um modo de reprodução (MARX, 2007). A lógica da exploração primitiva, escravista, servil e assalariada traz, em seu bojo, a necessidade das condições (que passaram de básicas a mínimas) de sobrevivência do trabalhador. Se gorilas podem sobreviver a um mundo selvagem, seres humanos têm limitadas ou impossibilitadas suas condições de sobrevivência em determinadas realidades. Mesmo que sua condição possa ser considerada, pelos proprietários dos meios de produção, como "mero detalhe", há que se estabelecer padrões e condições de reprodução desta força de trabalho.

Adorno e Horkheimer (2006, p. 166) observaram que "na sociedade industrial avançada, ocorre uma regressão a um modo de efetuação do juízo que se pode dizer desprovido de juízo, do poder de discriminação". O capital, além da produção, depende em maior ou menor grau do consumo, ou melhor, da universalização deste consumo. No contexto da formalização da razão esta universalização assume também um outro desenvolvimento: um processo de domesticação,

de criação de necessidades que se põem, não na vontade ou nas necessidades "objetivas", mas, que se constituem na própria mercadoria (MARX, 1994).

As necessidades são controladas, administradas, bem como, as atitudes e pensamentos dos seres humanos. As necessidades são controladas, administradas, bem como, as atitudes e pensamentos dos seres humanos. Marx chamou atenção ao fato de que,

A divisão trabalho [no capitalismo] reduz essa força de trabalho era apenas apta para manejar uma ferramenta de detalhe; no momento em que essa ferramenta seja manejada pela máquina, o operário perde a sua utilidade da mesma maneira que uma moeda desvalorizada não tem curso (MARX, 2008, p. 139).

Schlesener (2007, p. 93) afirma que "ninguém consente ou se submete incondicionalmente, é preciso que a crença se mantenha e, quando não, a força se manifeste", neste sentido, o fascismo, como desdobramento da lógica interna do desenvolvimento do capitalismo, atua tanto como "crença" quanto "força".

No campo da força, são diversos os exemplos que propõem a eliminação física, racional, amparada legalmente e com a precisão "cirúrgica". Entre os povos não-europeus e não-brancos, passando pelos trabalhadores das fábricas de meados dos séculos XVIII e XIX, pensadores com Antonio Gramsci² e mais de 6 milhões de judeus, na primeira metade do século, entre tantos outros, apenas para situarmos uma "linha cronológica", apresentam-se como vítimas em comum da lógica da razão instrumentalizada. O que representa um crime contra a humanidade, aliás, a possibilidade de extermínio da mesma, enquanto construtora de uma dimensão lógica e histórica, é acrescida de uma assombrosa capacidade de omissão, aceitação e convivência.

Conforme Daniel Johan Goldhagen (1997, p.129)

As diferentes reações dos alemães – aceitando e apoiando o programa eliminacionista e, ao mesmo tempo, discordando e, às vezes, trabalhando contra outras políticas nazistas – deixam inequivocamente claro que o povo alemão da época não deve ser visto como um fantoche passivo ou vítimas aterrorizadas por seu governo. Como mostram as ações dos alemães relativas a uma variedade de políticas nazistas, eles eram agentes voluntários, fazendo escolhas conscientes de acordo com suas crenças e valores preexistentes e em evolução.

Havia sim e, desde o final do século X, a promessa que no século XIV resultou em crise e perseguições aos judeus, aos muçulmanos entre outros. No entanto, desde o século XVIII se impunha a idéia da razão como superação de preconceitos, da visão de uma divindade que fora colocada em holocausto por um povo. Estima-se uma era de plenitude de direitos à humanidade. Mas, no desenvolvimento das contradições do processo histórico, da formalização da razão, restringiu-se a amplitude dos direitos, aos limites do controle sobre a propriedade, sobre o capital e os meios de produção e, como justificativa, discutia-se o conceito de humanidade como referência ao padrão burguês ocidental.

² Observe-se que Gramsci (2007a) denunciava o processo de ascensão do fascismo no desdobramento das contradições do próprio capitalismo, observando o posicionamento da Fiat e do "Senador Angello", ao contrário de interpretações, ainda predominantes, que identificam na "crise das democracias liberais" o fator de consolidação do fascismo.

Para obter a unicidade do discurso e assassinar a história, a razão instrumental, em seu apelo às massas, transforma a política em espetáculo. Nas palavras de Walter Benjamin (1980), a "estetização da vida política". O espetáculo sangrento proposto pelo fasci-nazismo era a retomada dos autos-de-fé medievais. O envolvimento da sociedade alemã e "seus valores preexistentes"³ integravam a visão de que, no fascismo, a forma do Estado e da arte se imbricam, da mesma forma que povo e nação se tornam um só elemento. Num espetáculo trágico, povo, Estado, arte e o guia se transformavam numa aberrante unidade. A vontade de um era a vontade de todos. Os atos políticos constituíam a "celebração das massas" (LENHARO, 1990). A imagem de uma liderança providencial e messiânica ultrapassa os limites do discurso e se formaliza na ideia de construção de "uma grande obra política como expressão de uma obra de arte". Adorno e Horkheimer (2006, p. 113) chamaram a atenção ao fato de que aos espectadores nenhum pensamento próprio se permite, "o produto prescreve toda a reação: não por sua estrutura temática – que desmorona na medida em que exige o pensamento –, mas através de sinais".

A preocupação do fascismo em representar, teatralizar, filmar, musicalizar e "educar" politicamente a sociedade pela "arte" remete a dois objetivos principais: em primeiro lugar, a propaganda do resgate da promessa de felicidade. Recordando que, ao final da Primeira Guerra, as condições humilhantes e a miséria imposta à Alemanha estavam presentes na realidade social. O resgate do nacionalismo poderia ser realizado a partir de um discurso que, não apenas se fizesse no passado, mas que apresentasse este passado, mistificado, sem contradições de forma fácil e agradável ao povo, ou seja, constituía-se uma visão de "arte popular". Gramsci (1978) já denunciara como neolábica e jargonista esta visão de utilização da arte como mecanismo de fuga da realidade: individualista e autoritária. Em segundo lugar, opera-se no desenvolvimento deste processo, buscava-se racionalmente atrair o povo no sentido de um delírio coletivo, de embriaguez política, da dependência do líder. Um discurso de uma estética revolucionária que ocultava o conteúdo conservador, a barbárie estética consumava a "ameaça que sempre pairou sobre as criações do espírito" (ADORNO; HORKHEIMER, 2006).

Lenharo (1990) chama a atenção para o controle sobre o passado no fascismo, especificamente, no "culto dos mortos e dos vivos", realizados no período noturno, sob a luz de archotes, com a execução de obras do compositor alemão Richard Wagner. Nesta "estetização da política", o Führer, parecia manter um contato entre o mundo dos vivos e dos mortos, transcendia e exorcizava os acontecimentos históricos. Aos olhos do povo, das massas, purificava a história alemã ao "resgatar" os heróis do passado e do presente. O clima de histeria coletiva levava jovens estudantes à queima dos livros, inicialmente e, posteriormente, de seres humanos. No transe coletivo, o racional e a história eram sacrificados. No clímax deste processo, o novo Prometeu, agora investido de messias, expropriava a vontade e forjava o discurso único como vontade coletiva. Anulava-se o ser humano, restava pouco para a transubstanciação no "gorila amestrado". Conforme Marcuse (1964, p. 96) estabeleceu-se a lógica "de uma sociedade que se

³ Incluir-se também o uso de autores, obras e do Romantismo neste processo.

pode dar ao luxo de dispensar a lógica e brincar com a destruição, uma sociedade com o domínio tecnológico da mente e da matéria".

Praticamente, todo o processo de desenvolvimento do fascismo esteve ligado à produção cinematográfica. Uma espécie de memória visual, sensorial que, ao promover a barbárie estética, poderia ser fetichizada como objeto de vitória sobre aqueles que não eram considerados como "integrantes da humanidade". Neste contexto, como o cinema, sob a ótica fascista assumia o papel de "instrumento de aperfeiçoamento" e purificação moral (ADORNO; HORKHEIMER, 2006). Este processo será a tônica dos filmes do pós-guerra e do período da "guerra fria" na produção cinematográfica dos Estados Unidos, agora investidos de guardiões do "mundo livre". Um discurso simples, um enredo maniqueísta, com o abuso da tecnologia dos efeitos especiais, a imitação, na indústria cultural, transformava-se no absoluto, conforme afirmaram Adorno e Horkheimer. O efeito hipnótico das imagens que conduziam, especialmente as "invasões alienígenas" e batalhas intergalácticas, entre outros, transmitiam para o público da indústria cinematográfica a "harmonia de contradições" (MARCUSE, 1967). Em seguida, uma avalanche de produtos colocados no mercado, a mercadoria gerando a necessidade, os produtos alimentando o fetiche.

Já não se fazia mais necessária a "repetição da voz do Führer" ordenando compre, adquira, use, consuma, pois, a publicidade aberta ou subliminar constituíam a ordem totalitária. Em outras palavras, como observaram Adorno e Horkheimer (2006, p. 130-131) "a arte renega sua própria autonomia, incluindo-se orgulhosamente entre os bens de consumo, que lhe conferem o encanto da novidade. (...) O consumidor torna-se a ideologia da indústria da diversão, de cujas instituições não consegue escapar".

Numa aparente contradição, a produção industrial cinematográfica, tributária do fascismo, que se apresenta nas décadas de 1950 a 1980, se desenvolve em lugar "não-lugar". Não se tratava de um U-topus, mas, uma espécie de "brincadeira-de-esconde", em que a alternativa estava sempre ao lado de uma "federação, confederação" ou de um "tratado" que celebrava o "bem". A partir do final da década da segunda metade dos anos 80 ocorreu o desvelamento deste não-lugar (do bem e do mal). Heróis e vilões se apresentavam como os integrantes de um e de outro país, ou representando os "regimes do mundo livre e mundo comunista". A racionalidade da sociedade capitalista vai aniquilando os elementos perturbadores do "tempo e da memória", como afirmou Marcuse (1967) e, de forma "astuciosa", a razão desta sociedade, além de reprimir perguntas indesejáveis, impede a elaboração de conceitos e contradições. Desta forma, a "federação", "os tratados", o "bem" e o "mundo livre" são substituídos, para o "espectador comum", por abreviaturas tais como OTAN (Organização do Tratado do Atlântico Norte), WB (World Bank), BID (Banco Interamericano de Desenvolvimento), NAFTA e tantas outras, descaracterizadas enquanto função, mas, onipresentes como "astúcia da razão", a "funcionalização da linguagem" (MARCUSE, 1969, p. 100 -103).

Este processo vai se desenvolvendo até, em nosso entendimento, um momento de ápice texto e imagem, fundidos numa unidimensionalização: o Fim da História e o último homem.

O processo dos anos 80 de retirada da "máscara" na indústria cinematográfica se ajustava a um processo de "educação", ou simplificação de uma "base teórica". O livro de Fukuyama era difundido sob a perspectiva da concorrência ao prêmio da Academia de Hollywood, levando ao "público em geral" a complexa linguagem (usurpada e expropriada) de pensadores como Hegel. A funcionalização da linguagem, como afirmou Marcuse (1979), militando contra o desenvolvimento e a expressão de conceitos. Tragédia e farsa se reacendiam, a "federação" recebia uma nova denominação: globalização. Constituíam-se a imagem de um "mundo sem fronteiras" de tempo e espaço, de um ser humano, potencialmente liberto, mas, contraditoriamente, subjugado à teia da "grande rede". "O Führer ordena[ndo] de maneira mais moderna sem maior cerimônia tanto o holocausto quanto a compra de bugigangas" (ADORNO; HORKHEIMER, 2006, p. 132). Em suma, um processo em que respeito e crítica foram solapados e transformados em "laudo pericial" e "culto desmemoriado da personalidade" (ADORNO; HORKHEIMER, 2006).

Eis que, em meio à celebração a este culto recuperado dos "mortos e dos vivos", a história novamente se apresenta. Acontecimentos anteriores ao "11 de setembro", como extermínios na África e na Europa do Leste, o "movimento Zapatista", entre outros, denunciavam a impossibilidade de existência desse novo paraíso. A ampliação da desigualdade, a sujeição dos trabalhadores a "nova" tônica do "gorila amestrado" em sua vertente "toyotista", a própria contradição da imagem do progresso e da paz possíveis entre "as garras dos Tigres Asiáticos" expunham o "caráter desinteressado", algo "talhado sob medida para o fascismo" (ADORNO; HORKHEIMER, 2006, p. 132). Como se todo este processo, por si só não denunciasse o "fracasso da vontade" e a "permanência da história", os acontecimentos posteriores ao "11 de setembro" desmascararam a promessa: num retorno ao mundo medieval e não a processo de avanço, num misto de mitificação e mistificação do passado, o presidente dos Estados Unidos invoca o caráter de Guerra Santa, de verdadeira "Cruzada". Numa só imagem se fundiam: o bem (em sua eterna luta contra o mal), a ideia de "federação", o discurso de uma "única liderança", a ameaça oculta dos "invasores", o perigo que (literalmente) vinha do céu (na visão religiosa) e dos céus (enquanto, arma). Neste sentido, a "consentida renúncia" aos direitos e, por extensão, autonomia (do pensar, do agir, do existir) era essencial na luta da vitória contra "a barbárie". E o último homem? Provavelmente, esteja em Guantánamo ou nas "prisões de aluguel" da Agência de Espionagem dos Estados Unidos, a CIA, numa "razão astuciosa". Tal qual em um filme, de forma heróica, cirúrgica e indolor (para os espectadores), o bem triunfa. O extermínio de mais 6 milhões de seres humanos por serem judeus, ou de milhares de afegãos, paquistaneses, africanos e iraquianos, por serem islâmicos é "apenas" um filme, uma "obra da arte" da barbárie, da razão formalizada.

CONSIDERAÇÕES FINAIS

A razão instrumentalizada permite, ainda hoje, estabelecer absurdas comparações entre seres humanos e "gorilas amestrados", tal qual propunha Henry Ford no início do século XX. Os

processos de educação (que envolvem desde a escolarização, passando pela transmissão da informação, a indústria cultural etc.) no modo de produção capitalista, tendo como referência este processo de "desrazão", direcionam sociedade neste sentido. Em **O Capital**, Marx observa que,

Com o progresso da produção capitalista formou-se uma classe cada vez mais numerosa de trabalhadores que, graças à educação, aos costumes transmitidos, se conforma com as exigências do atual regime econômico de um modo tão instintivo como se conforma com as variações atmosféricas (MARX, 2008, p. 212,a).

O ser humano integrante, por excelência, de uma condição de humanidade, neste processo é incitado a, pelo controle da propriedade, se individualizar, "isolar-se" como ser único. Ao romper com esta condição humana, deixando de se reconhecer como (e, no) outro, não estranha mais a opressão. Aliás, torna-se objeto da própria opressão.

O milenarismo do final do século X, a promessa da razão como libertação que caracterizou o início da Modernidade, a possibilidade de uma era de plenitude de direitos apregoada pelo pensamento Iluminista foram, com a formalização da razão, dos meados do século XVIII, como que amalgamadas, numa possibilidade de "paraíso" concreto, mundano, comercializável, com plena liberdade de mercado e, acessível, àqueles que dispõem do capital. Do outro lado, permanece a "promessa" de obtenção deste paraíso aos que, "por uma questão da natureza", foram levados a vender sua força de trabalho. O que separa estes dois grupos é explicado, com o devido cinismo, como o esforço e a dedicação individual. Novamente, retornamos a uma imagem de sacrifício, de desprendimento, de pagamento de um ônus, um "pecado original" tão presente na "promessa inicial". Conforme Adorno e Horkheimer (2006, p. 138) "a liberdade de escolha da ideologia, que reflete sempre a coerção econômica, revela-se em todos os setores como a liberdade de escolher o que é sempre a mesma".

Os eleitos, paradoxalmente livres da divindade, mas, por ela escolhidos, têm a plenitude do usufruto da promessa. Ainda cai muito suor do rosto dos expulsos, ou talvez, sequer um dia permitidos, ao paraíso. Mas, é possível a redenção: sob a venda da "força de trabalho", propriedade (única) de que dispõem estes atuais "desvalidos".

REFERÊNCIAS

- ADORNO, Theodor W. O fetichismo na música e a regressão da audição. In: ADORNO, T. W. Os pensadores. São Paulo: Abril Cultural, 1990, p. 165-191.
- ADORNO, Theodor W.; HORKHEIMER, Max. *Dialética do esclarecimento: fragmentos filosóficos*. Rio de Janeiro: Jorge Zahar Editores, 2006.
- ANDERSON, Perry. *Linhagens do Estado Absolutista*. São Paulo: Brasiliense, 2005.
- BENJAMIN, Walter. A obra de arte na época de sua reprodutibilidade técnica. In: *Os Pensadores*. São Paulo: Abril Cultural, 1980, p.05-28.
- DELUMEAU, Jean. *Mil anos de felicidade: uma história do paraíso*. São Paulo: Cia. das Letras, 1997.
- DESCARTES, René. *Discurso do método / Regras para a direção do espírito*. São Paulo: Martim Claret, 2006.

- DOBB, Maurice; SWEETZ, Paul M. et al. *Do feudalismo ao capitalismo*. São Paulo: Martins Fontes, 1977.
- FUKUYAMA, Francys F. *O fim da história e o último homem*. São Paulo: Rocco, 1992.
- GOLDHAGEN, Daniel Jonah. *Os carrascos voluntários: o povo alemão e o holocausto*. São Paulo: Cia. das Letras, 1997.
- GOLDMAN, Lucien. *Dialética e cultura*. Rio de Janeiro: Paz e Terra, 1970.
- GRAMSCI, Antonio. *Cadernos do Cárcere*. Rio de Janeiro: Civilização Brasileira, vol. 3, 2007.
- GRAMSCI, Antonio (a). *Cadernos do Cárcere*. Rio de Janeiro: Civilização Brasileira, vol. 4, 2007.
- GRAMSCI, Antonio. *Literatura e vida nacional*. Rio de Janeiro: Civilização Brasileira, 1978.
- HOBBSBORN, Eric. J. *A era das revoluções*. Rio de Janeiro: Paz e Terra, 1991.
- HOBBSBORN, Eric. J. *A era dos extremos: o breve século XX*. Rio de Janeiro: Cia das Letras, 1995.
- HORKHEIMER, Max. *Eclipse da razão*. São Paulo: Centauro Editora, 2000.
- HORKHEIMER, Max. *Teoria Crítica*. São Paulo: Perspectiva, 1997.
- HORKHEIMER, Max; ADORNO, Theodor W. *Temas básicos da sociologia*. São Paulo: Cultrix – Edusp, 1973.
- KANT, Immanuel. Resposta à pergunta: o que é o iluminismo. In: KANT, I. *A paz perpétua e outros opúsculos*. Lisboa: Edições 70, 1983, p.10-19.
- LE GOFF, Jacques. *Uma longa idade média*. Rio de Janeiro: Civilização Brasileira, 2007.
- LENHARO, Alcir. *Nazismo: "O triunfo da vontade"*. São Paulo: Ática, 1990.
- LENIN, Vladimir U. *Imperialismo – fase superior do capitalismo*. São Paulo: Global, 1982.
- MARCUSE, Herbert. *A ideologia da sociedade industrial*. Rio de Janeiro: Zahar Editores, 1967.
- MARX, Karl. *Contribuição a crítica da economia política*. São Paulo: Expressão Popular, 2007.
- MARX, Karl. *O dezoito de brumário de Louis Bonaparte*. São Paulo: Editora Moraes, 1987.
- MARX, Karl; ENGELS, Frederich. *Obras Escolhidas*. São Paulo: Alfa-Ômega, 1994.
- MARX, Karl. *O capital*. Rio de Janeiro: Civilização Brasileira, Livro. 3, vol. 4, 2008.
- MARX, Karl (a). *O capital*. Rio de Janeiro: Civilização Brasileira, Livro. 3, vol. 6, 2008.
- PANIKKAR, K. M. *A dominação ocidental na Ásia*. Rio de Janeiro: Saga, 1965.
- ROUSSEAU, Jean-Jacques. *Discurso sobre a origem e os fundamentos da desigualdade entre os homens*. Col. Os Pensadores, São Paulo: Nova Cultural, vol. 2, 1999.
- SCHLESNER, Anita Helena. *Hegemonia e Cultura: Gramsci*. Curitiba: Editora UFPR, 2007.

WELLINGTON FERREIRA DE JESUS

<https://orcid.org/0000-0002-6551-6943>

Doutor em educação, foi professor da Universidade Católica de Brasília de 2012 a 2017, é servidor vinculado à Secretaria de Estado de Educação do Distrito Federal.

E-mail: wellingtonfj@gmail.com